

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2023 - FESAÚDE
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO
ART.º 34 DA LEI N.º 11.488, DE 2007.**

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 9900000480/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 25/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 08/08/2023

HORÁRIO: 10:00 h (Horário de Brasília)

SÍTIO EM QUE SERÁ REALIZADO: Portal de Compras do Governo Federal -

www.gov.br/compras/pt-br

E-MAIL: licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br

UASG: 927827

1. INTRODUÇÃO

- 1.1** A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI - FeSaúde**, pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Lei n.º 3.133, de 13.04.15, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.906.284/0001-00, com sede na Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, torna público que, devidamente autorizada por seu Diretor Geral, na forma do disposto no processo administrativo n.º **9900000480/2023**, fará realizar, no **dia 08 de agosto de 2023**, às **10:00 horas**, na Diretoria de Administração e Finanças localizada em sua sede, licitação, para registro de preços, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme ANEXO I Termo de Referência, que será regida pelo disposto nos Decretos n.º 10.024/2019 e 7892/2013, na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto Municipal 14.730/2023, **supletivamente o Decreto Federal 10.024/2019**, na Lei n.º 8.666/1993, na Lei Complementar n.º 123/2006 e, ainda, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas.
- 1.2** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br** no dia e hora indicados no item 4 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

- 1.3** As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.
- 1.4** O edital se encontra disponível nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br, www.niteroi.rj.gov.br/2021/04/16/licitacao-fesaude e www.fesaude.niteroi.rj.gov.br/licitacoes podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a doação de uma resma de papel A4, na Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, comprovado pela Diretoria Administrativa.
- 1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de quaisquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no endereço: Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, de 10:00 até 16:00 horas, ou, ainda, mediante confirmação de recebimento, por meio do correio eletrônico licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br, até as 17 h do último dia do prazo referido.
- 1.6** Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, de 10:00 horas até 16:00 horas ou através do e-mail licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br.
- 1.6.1** Caberá ao Pregoeiro, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 2 (dois) dias úteis, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, observado o disposto no item 1.1.
- 1.7** Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050, de 10:00 horas até 16:00 horas, ou, ainda, através do e-mail licitacoes@fesaude.niteroi.rj.gov.br.
- 1.8** Caberá ao Diretor Geral, bem como ao Diretor Administrativo e Financeiro, auxiliados pela Pregoeira, decidir sobre a impugnação, observado o prazo disposto no item 1.4.1.
- 1.9** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendemos prazos previstos no certame.
- 1.10** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

1.11 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema Compras.Gov e vincularão os participantes e a administração.

2. OBJETO, ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ÓRGÃOS ADERENTES, QUANTIDADE E LOCAL DE ENTREGA

2.1 O objeto deste pregão é o registro de preços para a segunda tentativa de aquisição de uniformes e acessórios para atender as equipes da Rede de Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial do Município de Niterói, sob a gestão da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), conforme as especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 O órgão GERENCIADOR será a Fundação Estatal de Saúde de Niterói.

2.2.1 Não existem órgãos PARTICIPANTES nesta licitação.

2.3 Os locais de entrega dos bens objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência – Anexo I.

2.4 Cabe ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto ao quantitativo e ao prazo de entrega do objeto da aquisição, visando a adequada execução da Ata de Registro de Preços.

2.5 É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.6 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do Compras.Gov e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

3. PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE ENTREGA

3.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato na Imprensa Oficial do Município.

3.2 As quantidades dos itens indicadas no Termo de Referência – Anexo I, consistem em mera estimativa e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

3.3 A entrega dos bens deverá ser realizada no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da data de recebimento da ordem de compra.

4. ABERTURA

- 4.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 4.2** Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5. RECURSOS FINANCEIROS

- 5.1** Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão à conta do Contrato de Gestão 001/2020 da Fundação, assim classificadas em seu código contábil: - 02.11.01 - VESTUÁRIO, UNIFORMES e EPI.

6. TIPO DE LICITAÇÃO

- 6.1** O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 6.2** O preço máximo admitido pelo ÓRGÃO LICITANTE para a pretensa contratação é de **R\$ 124.192,80 (cento e vinte e quatro mil cento e noventa e dois reais e oitenta centavos)**.

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1** Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.1.1 OS ITENS DESTA LICITAÇÃO SERÃO EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EM ATENÇÃO AOS BENEFÍCIOS DISPOSTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123, DE 2006, POR ESTAREM IGUAIS OU ABAIXO DE R\$ 80MIL.

- 7.2** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas por:

- a) Ente, Autarquia ou Fundação da Administração Pública do Município de Niterói, com as sanções prescritas no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

- 7.3** Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.
- 7.4** Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade
- 7.5** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei n.º 8.666/93.
- 7.6** O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da Lei Municipal nº 2849, de 18 de julho de 2011, deverá declarar, no momento de apresentação da sua proposta inserção de sua proposta junto ao Compras.Gov, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º.
- 7.6.1** Em caso de não atendimento do contido no subitem 7.5, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado.
- 7.7** **O licitante deverá assinalar na página do Compras.Gov, em campo próprio do sistema informatizado, que cumpre os requisitos de habilitação, que a proposta está de acordo com as exigências previstas no instrumento convocatório e que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.**

8. CREDENCIAMENTO

- 8.1** Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao Compras.Gov, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis da data de abertura da sessão.
- 8.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Compras.Gov, pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
- 8.3** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.
- 8.4** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

8.5 O credenciamento do licitante junto ao Compras.Gov implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

9. CONEXÃO COM O SISTEMA E ENVIO DAS PROPOSTAS

9.1 Observado o disposto nos itens 7 e 8 deste Edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao Compras.Gov, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do Compras.Gov no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas.

9.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do Compras.Gov, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

9.4 Ao licitante incumbirá, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

10.2 A Proposta de Preços deverá ser inicialmente enviada exclusivamente por meio do Compras.Gov, em campo específico, a ser integralmente preenchido, inclusive com a indicação da marca e modelo do produto ofertado.

10.2.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

10.2.2 Os documentos anexados durante a inserção da proposta no campo “informações adicionais” (folders, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

- 10.2.3** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.
- 10.3** A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.
- 10.4** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.
- 10.5** A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- 10.6** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão.
- 10.6.1** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do ÓRGÃO GERENCIADOR, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 11.1** A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Compras.Gov, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 11.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.
- 11.2.1** **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**
- 11.3** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.4** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

- 11.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) para cada um dos 03 (três) itens.**
- 11.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 11.7** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Compras.Gov poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.8** Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do Compras.Gov, divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.
- 11.9** Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro.
- 11.10** Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação.
- 11.10.1** **No caso de empate entre as propostas de menor preço e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.**

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 12.1** Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste Edital, especialmente o subitem 12.3.
- 12.1.1** **No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula.**
- 12.1.2** **As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item conforme apurados pela FeSaúde e consignados na Planilha Orçamentária, sob pena de desclassificação da proposta de preços, ainda que esta consigne o menor global do lote.**
- 12.2** O sistema informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso,

após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 12.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

12.3 Havendo empate ficto no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

12.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

12.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela de menor preço do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.
- b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente na forma da alínea a, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.
- c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

12.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente de menor preço do certame.

12.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.5 Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido o melhor preço, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

- 12.6** A negociação será realizada por meio de sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 12.7** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 1 (uma) hora, podendo ser prorrogado por mais 1 (uma) hora a pedido do licitante, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação da proposta.
- 12.8** O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.
- 12.9** A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

13. DO CADASTRO DE RESERVA

- 13.1** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.
- 13.1.1** Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.
- 13.1.2** A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 13.2** Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:
- a)** os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
 - b)** os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
- 13.2.1** Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea **b**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 13.2.2** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

- 13.3** Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 14 e 15, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.
- 13.4** O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:
- a) cancelamento do registro do fornecedor, quando este descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;
 - b) cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

14. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENCAMINHADOS PELO LICITANTE DETENTOR DA MELHOR PROPOSTA

- 14.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 14.2** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 14.3** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

- 14.3.1** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 14.3.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 14.3.2.1** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 14.3.2.1.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 14.3.3** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 14.3.4** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 14.4** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 14.5** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 14.6** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos
- 14.7** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.7.1** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.8 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

14.8.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

14.8.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

14.8.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

14.8.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

14.8.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

14.8.6 que a proposta foi elaborada de forma independente.

14.8.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

14.8.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

14.9 O Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, além das declarações descritas no item 14.8, a Declaração de Idoneidade (Anexo VI), Declaração de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais (Anexo VII) e declaração de Optante do Simples (Anexo VIII), devidamente preenchidos, os seguintes Documentos de Habilitação:

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os documentos de habilitação mencionados no item 14.1 são os indicados nos itens a seguir:

15.2 Habilitação Jurídica

15.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/2002, deverá mencionar, no contrato social, por força do artigo 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

15.3 Regularidades Fiscal e Trabalhista

15.3.1 Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

(PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

- c.1.1)** O licitante poderá, em substituição à certidão mencionada na alínea c.1, apresentar as seguintes certidões conjuntamente, desde que tenham sido expedidas até o dia 2 de novembro de 2014 e estejam dentro do prazo de validade nelas indicados: Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.2.1)** caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.3)** Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d)** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.
- 15.3.2** Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

15.3.3 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

15.3.4 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

15.3.5 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

15.4 Qualificação Econômico-financeira

15.4.1 Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

a.1) Não será causa de inabilitação a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) A fim de garantir que a contratada possua capacidade de atender aos pedidos de confecção dos itens solicitados no prazo e qualidade exigidos, a empresa deverá apresentar boa situação financeira, que será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 15.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 15.6** As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.
- 15.6.1** **As declarações que forem disponibilizadas pela internet, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.**
- 15.7** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.
- 15.8** Se o licitante desatender às exigências previstas no item 14, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 15.9** **Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a Pregoeira realizar diligências para sanar vícios formais, bem como, verificar a existência de documentos pré-existentes.**
- 15.10** **Documentos apresentados com a validade expirada, deverá o pregoeiro proceder na forma do subitem 15.09.**
- 15.11** **Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sítio eletrônico oficial e hábil a conferência.**
- 16. DAS AMOSTRAS**
- 16.1** Poderá ser exigido do LICITANTE ARREMATANTE a apresentação de amostras de cada um dos itens arrematados, a ser encaminhada ao pregoeiro, em endereço a ser oportunamente informado. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com o nome do licitante responsável pelo envio.
- 16.2** A apresentação da amostra do produto cotado tem por objetivo a verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação, devendo ser efetivada no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances**, que será efetivada por aviso incluso no “chat mensagem” do correspondente item ou lote.

- 16.3** A amostra será analisada por representante do ÓRGÃO GERENCIADOR, que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.
- 16.4** As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.
- 16.5** A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado para ciência do laudo e retirada da amostra.
- 16.6** A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará o consequente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação à amostra.

17. RECURSOS

- 17.1** O interesse do licitante em interpor recurso deverá se manifestado, por meio do Compras.Gov, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, expondo motivos. Na hipótese de ser aceito o recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando desde logo os demais licitantes cientes e intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo, mediante requerimento dirigido ao pregoeiro.
- 17.2** A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 17.1.
- 17.3** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 17.4** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.5** O pregoeiro, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão, ou, dirigir à autoridade superior as razões de recursos, as contrarrazões e a sua decisão final para que no prazo de 05 (cinco) dias úteis, decida o recurso.

18. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 18.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pela AUTORIDADE COMPETENTE. Havendo

interposição de recurso, após o julgamento, a AUTORIDADE COMPETENTE adjudicará e homologará o procedimento.

- 18.2** Uma vez homologado o resultado da licitação pela AUTORIDADE COMPETENTE, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para a lavratura da ata de registro de preços.
- 18.2.1** Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores e as condições a serem praticadas, conforme definido neste edital e no Anexo I – Termo de Referência.
- 18.3** Como condição para a lavratura da ata de registro de preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão assinalar na página do Compras.Gov, em campo próprio do sistema informatizado, que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.
- 18.4** Na hipótese de não atendimento do item 18.3 poderá o **ÓRGÃO GERENCIADOR** proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 18.5** Deixando o adjudicatário de lavrar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13.
- 18.6** Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 13, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.
- 18.7** Uma vez lavrada a Ata de Registro de Preços o **ÓRGÃO GERENCIADOR** estará apto a proceder aos procedimentos para as respectivas contratações.
- 18.8** O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 19.1** Dentre outras atribuições inerentes à licitação, cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**:
- a) gerenciar a ata de registro de preços;

- b) realizar ampla pesquisa de preços semestralmente para aferir a compatibilidade de preços registrados com os efetivamente praticados;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- d) publicar no Portal do Poder Executivo Municipal, os preços registrados e suas atualizações.

20. A CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 20.1 A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência.
- 20.2 A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- 20.3 Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 20.4 A contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.5 O **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação e proceder à consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência da Controladoria Geral da União, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.
- 20.6 O fornecedor registrado deverá manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive os referentes à habilitação e às condições de participação.

21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 21.1 Os pagamentos serão realizados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** de acordo com as contratações realizadas por ele.
- 21.2 Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, mediante crédito em conta corrente da contratada em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.
 - 21.2.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da

instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante boleto bancário ou crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

- 21.3** O prazo de pagamento será de até **10 (dez) dias úteis**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.
- 21.4** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).
- 21.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura ou nota fiscal por culpa do CONTRATADO, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 21.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.
- 21.7** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pela FeSaúde na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.
- 21.8** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.
- 21.9** Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
- 21.10** A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor da Fundação Estatal de Saúde de Niterói, CNPJ n.º 34.906.284/0001-00, Inscrição Estadual: Isento, endereço: Rua Santa Clara, 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24.040-050. Telefone: (21) 2714-6579.
- 21.11** A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão) ser encaminhada para pagamento, no período de 01 a 24 de cada mês, à Diretoria de Administração e Finanças da FeSaúde, situada à Rua Santa Clara, 102, Ponta D'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24.040-050, ou através do e-mail: contratos@fesaude.niteroi.rj.gov.br, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) serviço fornecido, acompanhada do comprovante de recolhimento de FGTS e INSS, bem como atendimento de todos os encargos relativos à mão e obra empregada no contrato.

Caso a fatura/ nota fiscal seja enviada fora do período mencionado, será solicitado o cancelamento e reemissão de acordo com o período estipulado pela Fundação.

22. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO ADERENTE

22.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

23. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

23.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- b) não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

23.1.1 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do item 23.1 será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

23.2 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

24.1 O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b) multas previstas em edital e no contrato.

24.1.1 As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;
- II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

24.2 Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a)** advertência;
- b)** multa administrativa;
- c)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

24.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

- 24.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no item 24.3 também deverão ser considerados para a sua fixação.
- 24.4** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nesta qualidade, em relação às respectivas contratações.
- 24.4.1** Cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.
- 24.5** As sanções previstas na alínea b do item 24.1 e nas alíneas a e b, do item 24.2 serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- 24.5.1** As sanções previstas na alínea a do item 24.1 e na alínea c, do item 24.2 serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- 24.6** As multas administrativas, previstas na alínea b do item 24.1 e na alínea b, do item 24.2:
- a)** corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
 - b)** poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
 - c)** não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
 - d)** deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
 - e)** nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
 - f)** deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- 24.7** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, prevista na alínea c, do item 24.2:
- a)** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- 24.8** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 24.2, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.
- 24.8.1** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

- 24.9** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.
- 24.10** Se o valor das multas previstas na alínea b do item 24.1, na alínea b, do item 24.2 e no item 24.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
- 24.11** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 24.12** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.
- 24.12.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.
- 24.12.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.
- 24.12.2.1.** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do item 24.1 e nas alíneas a, b e c, do item 24.2, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 24.2.
- 24.12.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- 24.13** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas, de acordo com as peculiaridades do caso concreto.
- 24.14** As penalidades previstas nos itens 24.1 e 24.2 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.
- 24.14.1** Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n° 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7° da Lei n° 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei n° 8.666/93);

24.15 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** no Cadastro de Fornecedores do Município.

24.15.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o setor competente, o extrato de publicação no Diário Oficial do Município do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do item 24.1 e nas alíneas c e d do item 24.2, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

24.15.2 A aplicação das sanções mencionadas no subitem 24.15.1 deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

25. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

25.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

25.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

25.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, conforme o caso.

26. GARANTIA

26.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

- 27.2** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.
- 27.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.
- 27.4** A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.
- 27.5** Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.
- 27.6** O foro da Comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
- 27.7** **Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, a ata de registro de preços poderá ser rescindida sem prejuízo da aplicação da multa.**
- 27.8** Acompanham este edital os seguintes anexos:
- Anexo I - Termo de Referência
 - Anexo II – Planilha Orçamentária
 - Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços
 - Anexo IV - Modelo de Proposta de Preço
 - Anexo V - Modelo de Declaração de não Contribuinte de ISS e Taxas Municipais
 - Anexo VI - Modelo de Declaração de Optante pelo Simples

Niterói, 20 de junho de 2023.

Orlando da Silva Pavan Junior
Diretor de Administração e Finanças
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde

Ratifico:



Proc.: 9900000480/2023

Data autuação: 12/01/2023

Fls.: _____ Rub.: _____

Pedro Gilberto Alves de Lima
Diretor Geral
Fundação Estatal de Saúde de Niterói FeSaúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 016/2023

SEGUNDA TENTATIVA DE AQUISIÇÃO, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA ATENDER AS EQUIPES DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, SOB A GESTÃO DA FESAÚDE.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Segunda tentativa de aquisição de **uniformes e acessórios** para atender as equipes da Rede de Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial do Município de Niterói, sob a gestão da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Fundação Estatal de Saúde do Município de Niterói – FeSaúde teve sua criação autorizada pela Lei Municipal n.º 3.133, de abril de 2015, com vistas a desenvolver ações e serviços do cuidado em saúde, na Atenção Básica, conferindo eficiência e transparência na gestão.

2.2. A compra de uniformes justifica-se pela necessidade de oferecer vestimentas padronizadas e adequadas para melhor desenvolvimento das atividades dos empregados públicos que compõem as equipes da Rede de Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial do município de Niterói.

2.3. O uso de uniformes visa a identificação dos empregados públicos em áreas externas e internas das unidades de saúde, proporcionando qualidade e segurança no atendimento dos pacientes, familiares e comunidade.

2.4. A utilização de uniforme e equipamentos de proteção individual adequados para o tipo de prestação de serviço, preservados empregos públicos dos riscos que são impostos aos mesmos pela característica do trabalho na área da saúde, conforme Norma Regulamentadora nº 32, que dispõe sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

2.5. Dentro do planejamento estabelecido de aquisições, foram considerados neste Termo de Referência, os materiais como bens comuns cuja aquisição pode ser programada e quantificada. Eles buscam suprir com celeridade as necessidades e das Unidades que estão sob a gestão da FeSaúde, com qualidade e economia para o desenvolvimento de suas atividades funcionais, além de manter o nível de estoque por um período de 12 meses, conforme demanda dos materiais.

2.6. Sabendo do dever legal de licitar que tem por finalidade viabilizar a Administração Pública, Direta e Indireta, a melhor contratação, perseguindo a proposta mais vantajosa, além de promover a competitividade, vez que permite a participação de qualquer interessado no certame, desde que preenchidos os requisitos constantes no artigo 3º da Lei 8.666/93, no dia 03/12/2021 a FeSaúde instaurou Processo Administrativo n.º 720.000.154/2021- PE n.º

11/2022, com sessão ocorrida no dia 13/06/2022, para aquisição de uma diversidade de materiais que compõem as vestimentas padronizadas dos empregados públicos, divididos em 03(três) grupos pois, embora pertençam a categorias similares, guardam em sua essência especificidades, a saber:

GRUPO 1- Composição

Item 1: Camiseta

Item 2: Camiseta

Item 3: Camiseta

Item 4: Camisa uniforme

Item 5: Camisa uniforme

GRUPO 2-Composição

Item 6: Colete segurança

Item 7: Colete segurança

Item 8: Jaleco

Item 9: Jaleco

Item 10: Calça proteção individual

Item 11: Casaco

GRUPO 3- Composição

Item 12: Vestuário proteção

Item 13: Mochila

Item 14: Calçado

2.7. Após realizada a etapa de lances no referido pregão, passou-se a prova de conceito com o objetivo de realizar os testes de comprovação de atendimento aos requisitos exigidos no Termo de Referência. Na fase de julgamento o grupo de número 3(três) foi cancelado em sua totalidade, em razão da especificação técnica, o que levou os licitantes ao erro no momento da apresentação das propostas;

2.8. No caso em questão, os itens ainda almejados pela administração, e cancelados no julgamento durante a sessão, caracterizam o interesse público envolvido e dá base ao presente Termo de Referência, viabilizando assim uma nova chamada, com adequação das especificações e detalhamento, com observância aos princípios e regras atinentes às licitações, especialmente quanto as justificativas que lastreiam as exigências que a Administração entende ser imprescindível aos objetos que se pretendem adquirir.

2.9. O procedimento licitatório tem como intuito auxiliar a Administração Pública a selecionar as melhores propostas para o fornecimento de produtos. Não se trata de mera sucessão de atos administrativos, mas que é necessário coaduná-los aos princípios da norma geral. Como regra, a Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviços, encontra-se obrigada a realizar previamente processo administrativo de

licitação, conforme previsto no art. 37, inciso XXI da CF/88, em respeito ao princípio da impessoalidade, ampla concorrência e vantajosidade para a Administração;

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES

3.1. As especificações de cada item encontram-se nos quadros abaixo:

ITEM 1 - CHAPÉU TIPO LEGIONÁRIO/A - ACS / ARD - CATMAT: 603837	
Profissionais: Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Redutores de Danos	
Quantidade: 01 por profissional	
Descrição Detalhada: Confeccionado em brim, 100% algodão, sarja 3x1, gramatura 260g/m2, tamanho 58, cor caqui (pantone 16-1110 TCX), forração interna em now-oven. Deve conter cordão de ajuste. Costura, logotipo e impressão conforme Item 01 do Anexo Único.	
ÂMBITO	QUANTIDADE
Atenção Primária /Atenção Psicossocial	360

ITEM 2 - MOCHILA – ACS / ARD - CATMAT: 605140	
Profissionais: Agentes Comunitários de Saúde e Agentes Redutores de Danos	
Quantidade: 01 por profissional	
Descrição Detalhada: Mochila com tiras de compressão laterais, alças anatômicas feitas de 3D AirMesh, tira peitoral e compartimento acolchoado para a região dorsal. Possuir dois compartimentos principais e dois compartimentos organizadores, além dos bolsos laterais em tela para carregar garrafa de água (Squeeze). Fivelas em poliamida 6.6 e tecido revestido internamente com poliuretano (PU) para conferir resistência à água. Deverá conter fita refletiva noturna, elástico frontal para casacos, bolso frontal, bolsos laterais em tela, alças reguláveis e barrigueira estabilizadora regulável. Fita peitoral estabilizadora, feita em lona de náilon e náilon resinado, com espaço total de 28L, e aplicação da arte, conforme Item 02 do Anexo Único.	
ÂMBITO	QUANTIDADE
Atenção Primária / Atenção Psicossocial	360

ITEM 3 - TÊNIS – ACS / ARD - CATMAT: 459858	
Profissionais: Agentes Comunitários de Saúde e Agente Redutor de Danos	
Quantidade: 01 por profissional	
Descrição Detalhada: Calçado tipo tênis, na cor preta, cabedal em tecido sintético, com cadarços na cor preta, entressola com tecnologia para maior amortecimento e menor gasto de energia, solado em borracha 100% natural e super-resistente, com detalhe em arte conforme Item 03 do Anexo Único. Tamanhos a serem solicitados no momento oportuno, sendo eles de 35 até 44.	
ÂMBITO	QUANTIDADE (PARES)
Atenção Primária / Atenção Psicossocial	360

4. VIGÊNCIA	DO	CONTRATO
-------------	----	----------

A contratação terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação no Diário Oficial.

5. MÉTODO	E	ESTRATÉGIA	DE	SUPRIMENTO
-----------	---	------------	----	------------

5.1. O prazo de entrega do(s) objeto(s) é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Compra emitida pela CONTRATANTE.

5.2. Não será estipulado quantitativo máximo para cada pedido, ficando à critério da CONTRATANTE, conforme necessidade desta.

5.3. De cada item, o quantitativo mínimo solicitado será de 20 (vinte) peças por pedido, independentemente do tamanho.

5.4. A depender do quantitativo solicitado, os fiscais do contrato, mediante justificativa, poderão dilatar o prazo de cada entrega em até 15 (quinze) dias corridos, por única vez, desde que a prorrogação não prejudique as demandas da CONTRATANTE.

5.5. A entrega do(s) objeto(s) conforme pedido efetuado pela FeSaúde, deverá ser realizada na Sede da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), situada à Rua Santa Clara, 102 – Ponta D’Areia – Niterói – RJ

– Cep: 24040-050, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

5.6. Correrão por conta da CONTRATADA, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes à entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo, etc.

5.7. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em perfeito estado e em sua(s) embalagem(ns) original(is) e em língua portuguesa ou rótulo com as mesmas características, a data de fabricação, modelo, garantia, prazo de validade, lote e o número de registro de INMETRO, etc.;

5.8. O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.9. Poderá ser dispensado o recebimento provisório. Dispensado, ele será substituído por recibo a ser emitido pelo responsável designado em portaria própria;

5.10. O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregues acompanhados da nota fiscal, onde constará detalhadamente, entre outros, as indicações da marca, fabricante, modelo, procedência, garantia e seu prazo, etc.

5.11. O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo requisitante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.12. Na hipótese de a verificação a que se refere à cláusula anterior não ser procedida

dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.13. O recebimento provisório ou definitivo do(s) objeto(s) não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

6. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de dois membros designados pela FeSaúde, os quais fornecerão toda e qualquer documentação e informação solicitada pela Contratada.

6.2. A fiscalização do contrato é competência e responsabilidade da CONTRATANTE, no caso a FeSaúde, e consiste em supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos neste Termo de Referência e no Contrato, e em conformidade normas técnicas e legislação pertinentes e vigentes.

6.3. A gestão do contrato decorrente deste TR caberá a servidor a ser designado formalmente pela Diretoria Administração e Finanças da FESAÚDE, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da legislação vigente.

6.4. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela gestão e fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

6.5. A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a FeSaúde ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da FeSaúde ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a FESAÚDE dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

7. AMOSTRA / ACEITAÇÃO TÉCNICA DA PROPOSTA

7.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar pelo menos 01 (uma) amostra de cada item após 05 (cinco) dias úteis do encerramento da sessão de lances, para a verificação da compatibilidade com as especificações deste Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no local fornecido pela secretaria solicitante.

7.2. A entrega da(s) amostra(s) conforme pedido efetuado pela FeSaúde, deverá ser realizada na Sede da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), situada à Rua Santa Clara, nº 102, Ponta d'Areia, Niterói, CEP.24040-050, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas;

7.3. As amostras deverão ser entregues em embalagem, contendo as seguintes descrições: nome do licitante, número do CNPJ, número da licitação, número do processo, item, lote, data, marca do produto etc.

7.4. Critério de validação das amostras: Na avaliação da amostra será verificado se a o produto está de acordo com as características do TR.

ITEM 1 - CHAPÉU TIPO LEGIONÁRIO/A – ACS / ARD	
Confeccionado Em Brim, Sarja 3x1, Gramatura 260g/M2	
100% Algodão	
Fechamento Frontal Através De Zíper	
Acabamento Com Costura Dupla	
Cor Caqui (Pantone 16-1110 TCX)	
Forração Interna Em Now-Oven	
Cordão De Ajuste Com Regulador	
Tamanho 58	
Arte Com Resolução Sem Rasuras	
Observação:	

ITEM 2 - MOCHILA – ACS / ARD	
Mochila com tiras de compressão laterais	
Alças anatômicas feitas de 3D AirMesh, tira peitoral e compartimento acolchoado para a região dorsal	
Possuir dois compartimentos principais e dois compartimentos organizadores, além dos bolsos laterais em tela para carregar garrafa de água (Squeeze)	
Fivelas em poliamida 6.6 e tecido revestido internamente com poliuretano (PU) para conferir resistência à água	
Fita refletiva noturna, elástico frontal para casacos, bolso frontal, bolsos laterais em tela, alças reguláveis e barrigueira estabilizadora regulável	
Fita peitoral estabilizadora, capa de chuva embutida, feita em lona de náilon e náilon resinado	
Espaço total de 28L	
Arte Com Resolução Sem Rasuras	
Observação:	

ITEM 3 - TÊNIS – ACS / ARD	
Calçado tipo tênis	

Cor preta	
Cabedal em tecido sintético, com cadarços na cor preta	
Entressola com tecnologia para maior amortecimento e menor gasto de energia	
Solado em borracha 100% natural e super-resistente	
Tamanho analisado	
Arte Com Resolução Sem Rasuras	
Observação:	

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. A conta corrente para pagamento deverá ser da mesma instituição financeira contratada pelo Contratante. Caso seja interesse da Contratada, o pagamento poderá ser feito mediante boleto bancário ou crédito em conta corrente de outra instituição financeira, desde que eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais sejam suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

8.2. O pagamento será efetuado de acordo com o quantitativo adquirido, no valor correspondente às aquisições efetivamente executadas no mês imediatamente anterior e nos valores consignados na proposta comercial da CONTRATADA.

8.3. Pelo fornecimento do objeto, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da nota fiscal de serviços eletrônica com a informação do número do Contrato com a FeSaúde e os dados bancários, devidamente protocolada, acompanhada do Atestado de Recebimento emitido pela Fundação Estatal de Saúde, dentro do prazo legal.

8.4. A liberação da nota fiscal de serviços eletrônica para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento definitivo do objeto ora contratado.

8.5. O pagamento será realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do adimplemento da prestação do serviço.

8.6. Considera-se adimplida a prestação de serviço em pauta, com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos empregados públicos competentes.

8.7. Caso se faça necessária a reapresentação da nota fiscal eletrônica de serviços por culpa da CONTRATADA, o prazo de 10 (dez) dias úteis ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

8.8. Correm por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, entre outros decorrentes da execução do contrato.

8.9. A proposta de preços deverá atender os seguintes requisitos:

a - Prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

b - Conter especificação clara e completa do serviço ofertado, observadas as especificações constantes deste Termo;

c- Conter os preços unitários e o preço global dos itens descritos na tabela abaixo deste Termo. Os preços devem ser expressos em R\$ (reais) com aproximação de até duas casas decimais;

8.10. A proponente deverá preencher os itens da Planilha de Formação de Preços respectiva, segundo o serviço a ser prestado.

8.11. Nos valores informados estão compreendidos, além dos tributos, todos e quaisquer encargos que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato.

9.2. Fornecer à CONTRATADA, documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato.

9.3. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

9.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;

9.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue, quando em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos e legislação aplicável.

9.8. Notificar, por intermédio de qualquer meio hábil, à Contratada por quaisquer irregularidades encontradas na execução do contrato;

9.9. A Contratada não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA obriga-se a:

10.1.1. Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

10.1.2. Prestar os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.

10.1.3. Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados.

10.1.4. Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

10.1.5. Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

10.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, em 10 (dez) dias, o(s) objeto(s) em que se verifique(m) vício(s), defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.7. Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.

10.1.8. Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas.

10.1.9. A CONTRATADA se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término.

10.2. A guarda de toda documentação encaminhada pela CONTRATANTE para realização dos serviços constantes desse edital pelo prazo de 5 (cinco) anos para fins de atendimento a exigências do Tribunal de Contas do Estado e/ou outros órgãos de controle externo.

10.2.1. Efetuar a entrega do(s) objeto(s) em perfeita(s) condição(ões), no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e demais anexos, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), conforme Cláusula 05;

10.2.2. Informar as condições de armazenamento adequado do objeto, mediante documento escrito e assinado pelo fabricante ou empresa autorizada pelo mesmo;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do(s) objeto(s), de acordo com a Legislação Consumerista (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);

10.2.4. Responsabilizar-se pelo transporte, zelo pela conservação do(s) objeto(s) e pela(s) despesa(s) oriunda do(s) mesmo(s) até o local de entrega bem como todos os encargos tributários e outros encargos inerentes aos fornecimentos do(s) objeto(s);

10.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 03 dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.6. Prestar esclarecimentos a Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam independentemente de solicitação;

10.2.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.8. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

11. SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

11.1. A fim de garantir que a contratada possua capacidade de atender aos pedidos de confecção dos itens solicitados no prazo e qualidade exigidos, a empresa deverá apresentar boa situação financeira, que será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12. SIGILO E INVIOABILIDADE

12.1. A Contratada deverá garantir o sigilo e a inviolabilidade das informações a que eventualmente possam ter acesso, durante os procedimentos de execução dos serviços.

13. SUSTENTABILIDADE

13.1. A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, bem como do Decreto nº 9.177, de 23 de outubro de 2017.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pelo responsável ora subscrevente.
Niterói, 24 de fevereiro de 2023.

MARIANA OLIVEIRA AMARAL

Coordenadora de Saúde e Segurança do Trabalho
Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde

ANEXO ÚNICO

Item 01: Chapéu Tipo Legionário

CHAPEU TIPO LEGIONÁRIO

- 2 aplicações



ALTURA DO
ELEMENTO:
5 CM



ALTURA DO
ELEMENTO:
5 CM

Item 02: Mochila

MOCHILA

- 2 aplicações



ALTURA DO
ELEMENTO:
8 CM



ALTURA DO
ELEMENTO:
8 CM

Item 03: Tênis

TÊNIS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Especificações	Unidade de Medida	Qtd	Média	
			Unitária	Total
CHAPÉU TIPO LEGIONÁRIO/A - ACS / ARD - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	360	R\$ 52,14	R\$ 18.770,40
MOCHILA – ACS / ARD - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	360	R\$ 121,45	R\$ 43.722,00
TÊNIS – ACS / ARD - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	PARES	360	R\$ 171,39	R\$ 61.700,40
				R\$ 124.192,80



Proc.: 9900000480/2023

Data autuação: 12/01/2023

Fls.: _____ Rub.: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói, com sede na Rua Santa Clara, 102, Ponta d'Areia, Niterói/RJ, CEP: 24040-050 inscrito(a) no CNPJ sob o nº 34.906.284/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral Pedro Gilberto Alves de Lima, inscrita no CPF sob o nº 065.667.998-00, nomeado(a) pela Portaria nº de de de 2020, publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2022, publicada no de/...../2022, processo administrativo nº **9900000480/2023** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, nos Decretos Municipais nº 9624/2005, nº 10.005/2006, nº 11.117/2012 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de uniformes e acessórios**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão nº xx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade
X							

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a contar da data de publicação do seu extrato no diário oficial do Município de Niterói, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.



Proc.: 9900000480/2023

Data autuação: 12/01/2023

Fls.: _____ Rub.: _____

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

8.5. Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, a ata de registro de preços poderá ser rescindida sem prejuízo da aplicação da multa.

9. DA PUBLICAÇÃO

9.1. A publicação dos preços registrados será efetuada no Diário Oficial do Município, trimestralmente, em cumprimento ao disposto no art. 15, §2º da Lei 8666/93.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito desde já o foro da Justiça da Comarca de Niterói para dirimir questões oriundas desta Ata, renunciando as partes a qualquer outro por privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Local e data

PEDRO GILBERTO ALVES DE LIMA

Diretor Geral – FeSaúde

ORLANDO DA SILVA PAVAN JUNIOR

Diretor de Administração e Finanças - FeSaúde

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA

Nome:

CPF:

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
ANEXO IV - PROPOSTA DE PREÇOS**

Razão Social:	CNPJ:	
Inscrição Municipal e/ou Estadual:		
Endereço:	Bairro:	CEP:
Cidade:	Estado:	
Telefone:		
E-mail:		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD TOTAL	MARCA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	CHAPÉU TIPO LEGIONÁRIO/A - ACS / ARD - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	360			
2	MOCHILA - ACS / ARD - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	UNIDADE	360			
3	TÊNIS - ACS / ARD - CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	PARES	360			
VALOR TOTAL:						
VALOR TOTAL POR EXTENSO:						

() Optante pelo Simples Nacional

() Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I

– Termo de Referência deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.



Proc.: 9900000480/2023

Data autuação: 12/01/2023

Fls.: _____ Rub.: _____

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Proc.: 9900000480/2023

Data autuação: 12/01/2023

Fls.: _____ Rub.: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS

Local e data

Ao Sr. Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico FeSaúde n.º

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada no _____ (endereço completo), declara, sob as penas do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)



Proc.: 9900000480/2023

Data autuação: 12/01/2023

Fls.: _____ Rub.: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr. Pregoeiro

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA a FeSaúde, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Confins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

1

Niterói- RJ**FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITEROI/RJ****Código da UASG: 927827****Pregão Eletrônico Nº 25/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)****Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - O registro de preços para a segunda tentativa de aquisição de uniformes e acessórios para atender as equipes da Rede de Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial do Município de Niterói, sob a gestão da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde).**Edital a partir de:** 21/07/2023 das 10:00 às 12:30 Hs e das 13:30 às 17:00 Hs**Endereço:** Rua Santa Clara, 102 - Ponta D´Areia - Niterói (RJ).**Telefone:****Fax:****Entrega da Proposta:** a partir de 21/07/2023 às 10:00Hs**Abertura da Proposta:** em 08/08/2023 às 10:00Hs, no endereço: www.compras.gov.br[Histórico de eventos publicados...](#)

Itens e Download

[\(Licitações 1-1 de 1\)](#)

Nova Pesquisa _

Considerando que a operacionalização do complexo regulador deve estar em conformidade com o disposto no Volume 6 da Série Pactos pela Saúde: Diretrizes para a Implantação de Complexos Reguladores, acessível na íntegra na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>;
Considerando a Meta 12 de Plano Municipal de Saúde Participativo 2022-2024, que dispõe sobre “Integrar os sistemas da Central de Regulação de Niterói e implantar a plataforma de vaga zero com acesso franqueado a todos os níveis de atenção à saúde”;
Considerando a necessidade de se estabelecer protocolos e diretrizes que ordene os fluxos assistenciais do município;
Considerando a necessidade de dar transparência às atividades de regulação no município para os usuários e demais órgãos de controle;

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Criar o GRUPO DE TRABALHO (GT) PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO, bem como as diretrizes do Complexo Regulador Municipal, com foco nos protocolos de ordenação de fluxos assistenciais e de garantia de transparência.

Art. 2º São atribuições do GT:

I- Sistematizar proposta de modelo de regulação do município;

II- Elaborar protocolos de regulação do acesso à assistência em saúde ou organizar aqueles já existentes em um único documento de orientação para Regulação Ambulatorial;

III- Elaborar protocolos de regulação do acesso à assistência em saúde ou organizar aqueles já existentes em um único documento de orientação para Regulação de Leito Hospitalares;

IV- Elaborar protocolos de regulação do acesso à assistência em saúde ou organizar aqueles já existentes em um único documento de orientação para Regulação de Urgência e Emergência, incluindo às obstétricas.

V- Encaminhar as minutas dos documentos técnicos – Diretrizes do Complexo Regulador e Protocolos para Regulação Ambulatorial, Regulação de Leitos Hospitalares e Regulação de Urgência e Emergência - para validação e aprovação do gestor municipal; VI- Apresentar e discutir a minuta dos documentos técnicos – Diretrizes do Complexo Regulador e Protocolos de Regulação do Acesso à Assistência em Saúde para Regulação Ambulatorial, Regulação de Leitos Hospitalares e Regulação de Urgência e Emergência - no Conselho Municipal de Saúde;

VII- Encaminhar a versão final dos documentos para os responsáveis pela publicação, impressão e distribuição.

Art. 3º O GT terá a seguinte composição:

1. Cássia Juliana Cattai – superintendente do controle, avaliação e auditoria, Mat.1438071;

2. Caroline Maciel de Souza e Silva – coordenadora da regulação e RCPD, Mat. 1437584;

3. Maria Angélica Duarte da Silva – subsecretária de gestão de redes, Mat. 1245990-0;

4. Pedro Andrade de Sá Correia – responsável técnico médico /FESAÚDE, Mat. 1040-5;

5. Angélica Costa dos Santos – enfermeira / CREG, Mat. 438158-8;

6. Miriam Rangel Barquette – médica assessora GD/ FESAÚDE, Mat. 2326-4;

7. Rogério Arantes Veitas Cysneiros Paraiso - coordenador Geral/ SAMU, Mat. 644189797;

8. Thiago Peixoto Marinho - médico de família / FESAÚDE, Mat. 2144-0;

9. Bruna Fabricio Barcelos - enfermeira / CREG, Mat.

10. Wine Pires de Araújo - enfermeira / CREG, Mat. 1438399;

11. Georgia Ribeiro de Mascarenhas - médica / VIPACAF, Mat. 1437663;

12. Marcia Claudia Ribeiro Dias - médica/ assessoria VIPAHE, Mat. 431.873-9;

13. Diana Saddi Portela - médica / CREG, Mat. 4020136548;

14. Erich Gustavo Leite Ferraz - Coordenador médico/ SAMU, Mat. 105663217-85;

Art. 4º O GT será coordenado por pela servidora Cássia Juliana Cattai, Superintendente de Controle, Auditoria e Avaliação, Mat.1438071.

Art. 5º O GT, eventualmente, poderá contar com a participação, a convite e a título de colaboração, de instituições parceiras como universidades, conselhos de classe e sociedades de especialistas do tema, bem como de outros profissionais da rede municipal de saúde.

Art. 6º O GT deverá identificar e agregar ao seu trabalho as iniciativas correlatas já em curso na FMS.

Art. 7º O GT terá o início das atividades previsto para julho de 2023 e término, incluindo a divulgação do seu produto, em 31 de julho de 2024.

§ 1º Para fins de cumprimento do prazo estipulado, entende-se como produto final do GT a minuta dos documentos técnicos – Diretrizes do Complexo Regulador com parâmetros e perfis assistenciais, protocolos para Regulação Ambulatorial, Regulação de Leitos Hospitalares e Regulação de Urgência e Emergência - encaminhada para aprovação do gestor municipal.

Art. 8º O detalhamento do funcionamento, metodologia, cronograma e competência dos membros do GT serão regulamentadas por meio de seu Regimento Interno.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Anamaria Carvalho Schneider

Secretária Municipal de Saúde

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI – FESAÚDE

PORTARIA 128/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve exonerar João Victor Estevam dos Santos Azevedo do cargo de Assistente N IV, a contar de 19 de julho de 2023.

PORTARIA 129/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve nomear João Victor Estevam dos Santos Azevedo ao cargo de Assistente N III, a contar de 20 de julho de 2023.

PORTARIA 130/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve exonerar Sirvanil Ferreira de Castro do cargo de Assistente N IV, a contar de 19 de julho de 2023.

PORTARIA 131/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve nomear Sirvanil Ferreira de Castro ao cargo de Assistente N III, a contar de 20 de julho de 2023.

PORTARIA 132/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve exonerar Willian Couteiro do cargo de Assistente N IV, a contar de 19 de julho de 2023.

PORTARIA 133/2023 - O Diretor Geral da Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei 3.133 de 13 de abril de 2015, pelo artigo 18, § 1º, I, do Estatuto da FeSaúde e pela Portaria 191/2023, resolve nomear Willian Couteiro ao cargo de Assistente N III, a contar de 20 de julho de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 25/2023, do tipo **Menor Preço, pelo critério de julgamento de menor preço por item**, em sessão pública eletrônica a partir das **10:00 horas** (horário de Brasília-DF) do dia **08 de agosto de 2023**, através do site www.gov.br/compras, objetivando o registro de preços para a segunda tentativa de aquisição de uniformes e acessórios para atender as equipes da Rede de Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial do Município de Niterói, sob a gestão da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), pelo prazo de **12 meses**, conforme as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência, relativo ao processo administrativo nº **990000480/2023**. O Edital e seus anexos



encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.niteroi.rj.gov.br e <https://www.fesaude.niteroi.rj.gov.br> - Licitações FeSaúde.

AVISO DE RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 990.19602/2023

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói – FeSaúde, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, designado(as) pela Portaria n.º 043/2023, publicada no dia 13/04/2023 no Diário Oficial do Município de Niterói, torna público para conhecimento dos interessados que:

1. RETIFICOU O EDITAL em razão da revisão, adequação e alterações pertinentes ao Termo de Referência, parte integrante deste Edital, diante da divergência de descrição contida em um dos itens almejado;

2. REPUBLICA o certame em sessão pública, por meio dos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.niteroi.rj.gov.br, <https://www.fesaude.niteroi.rj.gov.br> / www.niteroi.rj.gov.br - Licitações FeSaúde;

3. A reabertura do prazo inicialmente estabelecido, ocorre em virtude de haver alteração do edital, que afeta a formulação de propostas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 10.024/2019;

4. A republicação da licitação ocorrerá na data, horário e local, abaixo indicados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

ÍNICIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/07/2023 às 10h:00m;

TERMINO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/08/2023, às 09h:59m;

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/08/2023, às 10h:00m;

ÍNICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/08/2023, às 10h:00m

Importa consignar que o EDITAL RETIFICADO, encontra-se disponibilizado nos endereços eletrônicos já informados.

NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S. A. – NITTRANS

Despacho do Presidente

PORTARIA NITTRANS nº 23/2023

O Presidente da Niterói Transporte e Trânsito S/A – NITTRANS, de acordo com a Lei Municipal nº 2.283, de 28 de dezembro de 2005, e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 11.950/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a contar de 18 de julho de 2023, **AMANDA MACHADO DE OLIVEIRA**, matrícula 150240, **BRUNO VIEIRA DE SOUZA**, matrícula 150261 e **MARCELO DE SOUZA SARAMAGO**, matrícula 150260, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato nº 03/2023 que tem por objeto a contratação de serviço técnico especializado para a execução de macro análise funcional do sistema viário do Município de Niterói/RJ com fornecimento de software de simulação de trânsito e treinamento de equipe técnica em sua utilização, visando melhorar e manter as condições de mobilidade e segurança viária no município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Instrumento: Contrato nº 03/2023. **Partes:** NITERÓI TRANSPORTE E TRÂNSITO S. A. – NITTRANS – e TRANZUM PLANEJAMENTO E CONSULTORIA DE TRÂNSITO S/S LTDA. **Objeto:** Contratação de serviço técnico especializado para a execução de macro análise funcional do sistema viário do Município de Niterói/RJ com fornecimento de software de simulação de trânsito e treinamento de equipe técnica em sua utilização, visando melhorar e manter as condições de mobilidade e segurança viária no município. **Prazo:** 06 (seis) meses, contados da data de expedição da ordem de serviço (ou ordem de início), desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada. **Valor total:** R\$ 286.660,00 (duzentos e oitenta e seis mil e seiscentos e sessenta reais), à conta do Programa de Trabalho nº 2282.26.452.0011.5026, Elemento de despesa 33.90.40 e 44.90.40, Fonte 1.704.00. **Fundamento legal:** Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NITTRANS. **Pregão Eletrônico nº 07/2023. Processo nº:** 530005286/2022. **Data de assinatura:** 18/07/2023.

NITERÓI PREV

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo Nº 08/2023; **PARTES:** NITERÓI PREV como Contratante e a empresa ANDRE DOS SANTOS SILVA (BRAINLOGICAL) como Contratada; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência e alteração qualitativa do Termo nº 07/2021, relativo à prestação de serviços contínuos de telefonia; **PRAZO:** 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 21.750,00 (vinte e um mil setecentos e cinquenta reais); **VERBA:** PT. Nº 1082.09.1223.0145.6282 - Natureza das Despesas nº 33.90.40 – Fonte de Recurso 1.802.50 - Nota de Empenho nº .151/2023; **FUNDAMENTO:** Conforme Processo Administrativo nº 9900016981/2023, que se regerá pelo art. 58, inciso I c/c art. 65, inciso I, alínea "a" e seu §1º, bem como art. 57, inciso II da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações; **DATA DA ASSINATURA:** 17 de julho de 2023.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN

Despacho do Presidente

Comunico que os relacionados abaixo recusaram-se a receber, assinar e/ou não foram encontrados no ato da notificação, ficando desde já obrigados a cumprir a exigência de limpar e manter limpo, murar ou cercar terreno edificado ou não no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 17 do Código de Limpeza Urbana, sob pena de ser lavrado auto de infração.

NOTIFICAÇÕES:

- 1 – IEDA ANCHIETA DE LIMA VIANNA – NOT. 3045 – Rua General Silvestre Rocha, 145, Icaraí – Insc. 196279
- 2 – GERALDO GOMES FRANCO – NOT. 3095 – Rua Alvaro Marcos Silva da Cunha, QD 89, Lotes 07 e 08, Serra Grande – Insc. 870766 e 870774 – CPF 076 876 057-72
- 3 – ESPÓLIO DE WALTER FERNANDES VASSALO – NOT. 3125 – Av. Central Ewerton Xavier, QD 082, LT 003, Serra Grande – Insc. 849521 – CPF 076 826 467 – 72
- 4 – ESPÓLIO DE CARMEN CASTRO NEVES – NOT. 3127 – Alameda São Boaventura, 358, Fonseca – Insc. 123802 – CPF 452 679 287/04 -
- 5 – ESPÓLIO DE ARMANDO DE CASTRO MACIEL – NOT. 3135 – Rua Presidente Domiciano, 204, Ingá, Insc. 46516, CPF 060 206 407-44
- 6 – ESPÓLIO DE FELIPE JOSE ELIAS – NOT 3137 – Av. Central Ewerton Xavier, 0/- QD219, LT 045, Serra Grande - Insc. 424887 - CPF 053.615.607-74
- 7 – ESPÓLIO DE PAULO DE MIRANDA BASTOS – NOT 3143 – Rua Alagoas, 275, Vila Progresso – Insc. 1014554 – CPF 006.717.897-91
- 8 – ALTAIR FOGAÇA DE MACEDO – NOT. 3199 – Rua Esc. Manoel Galindo Junior, 122, QD 6, LT 29, Vila Progresso - Insc. 2627313 - CPF 113.275.377-53
- 9 – ANTONIO DE PINHO FAUSTINO – NOT. 3315 – Rua João Pinto, 89, QD 25, LT 30, Piratininga - Insc. 802421 - CPF 013.833.967-87
- 10 – ESPÓLIO DE JOSÉ FRANCISCO DA CRUZ NUNES – NOT 3329 – Rua Comissário João Luiz de Souza, QD 02, LT 006, Piratininga – Insc. 650721 – CPF 052.796.897-85
- 11 – ANTONIO DE SOUZA DIAS – NOT. 3367 – Rua Mario Joaquim Santana, s/n, QD B, LT 11, São Francisco - Insc. 286559
- 12 – JOSE RODRIGUES MARTINEZ – NOT. 3368 – Rua Professor Correa Pinto, s/n, QD 19, LT 24, Engenho do Mato - Insc. 892646 - CPF 014.048.497-34
- 13 – JOSE RODRIGUES MARTINES – NOT 3369 – Rua Professor Correa Pinto, s/n, QD 19, LT 25, Engenho do Mato - Insc. 892638 - CPF 159.407.998-68
- 14 – ROSANE RODRIGUEZ CARINO E OUTRO – NOT 3370 – Rua Pau Brasil, s/n, QD19, LT 26, Engenho do Mato - Insc. 888735 - CPF 959.838.997-91
- 15 – JOSE RODRIGUES MARTINES – NOT 3371 – Rua Pau Brasil, s/n, QD 19, LT 27, Engenho do Mato - Insc. 888743 - CPF 159.407.998-68
- 16 – ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO – NOT 3381 – Rua Marques de Caxias, 238 e nº 238/001, Centro – CNPJ 28.638.393/0001-82
- 17 – GPA COBRANÇA LTDA – NOT 3388 – Alameda São Boaventura, 512, Fonseca – Insc.124198 – CNPJ 30.565.362/0001-90
- 18 – ESPÓLIO DE DOLORES LISBOA DA CUNHA – NOT 3389 – Rua Guilherme Briggs, 25, São Domingos – Insc. 41236 – CPF 209.380.717-34
- 19 – WALTER APPARECIDA SPIEGEL – NOT 3453 – Travessa Dona Julia, 39 – Fonseca – Insc. 190322
- 20 – ANTONIO AGUIAR SOBRINHO – NOT. 3454 – Travessa Dona Julia, 37, Fonseca - Insc. 190314 - CPF 005.254.211-49
- 21 – FERNANDO COELHO – NOT 3481 – Rua Eurico Batista, 125, São Francisco – Insc. 1037852 – CPF 112.929.207-00
- 22 – ESPÓLIO DE FILICIO FRANCISCO – NOT. 3525 – Av. Mathias Sandri, QD E, LT 316B, Itacoatiara - Insc. 1759281 - CPF 102.076.517-87

INTIMAÇÕES



PRÓXIMOS JOGOS

Brasileirão	Amanhã	América-MG	16h	Maracanã
Brasileirão	29/07	Atlético-MG	21h	Independência

Zenit quer Pedro!

Clube russo propõe troca entre atacante e Wendel

O Flamengo retomou as conversas pela contratação de Wendel, do Zenit, porém, a negociação não deverá ser simples, embora já tenha um acordo salarial sacramentado entre as partes. De acordo com informações do site russo "Metaratings", o Zenit sugeriu uma troca do volante pelo atacante Pedro, de 26 anos, que vem recebendo sondagens de outros clubes.

Wendel e Pedro atuaram juntos pelo Fluminense em 2017. De acordo com informações do portal "Coluna do Fla", o Zenit, da Rússia, pediu algo em torno de 20 milhões de



DIVULGAÇÃO/ZENIT

Wendel faz sinal positivo para poder jogar no Maior do Mundo

ZENIT PEDIU ALGO EM TORNO DE R\$ 107 MILHÕES PARA LIBERAR VOLANTE PRO MENGÃO

euros (cerca de R\$ 107,14 milhões). O valor é considerado acima do que o clube deseja desembolsar pelo atleta.

O retorno das negociações com o volante aconteceram após o treinador Jorge Sampaoli afirmar que o Flamengo precisa de um substituto para Arturo Vidal. O Rubro-Negro já contratou Allan, ex-Atlético-MG, para o setor nesta janela de transferências.

Pedro vem recebendo sondagens para deixar o Fla. Um clube da Arábia Saudita e o Tottenham, da Inglaterra, vem monitorando o atacante. No Rubro-Negro desde 2020, ele vive grande momento. Na temporada, entrou em campo 35 vezes, fez 26 gols e deu 4 assistências.

FALA, RUBRO-NEGRO!

TEREMOS CASA CHEIA AMANHÃ NO MARACA! Vamos pegar Mequinha mineiro e fazer o maior barulho: mais 60 mil torcedores. Já cheguei aqui todo preparado. Estou com o Manto, calção, meias e chuteiras na mochila caso precisem de mim. Bato um bolão! Podis crer, galera!



DADÁ NAÇÃO

Limite financeiro por Claudinho

•O Rubro-Negro segue negociando a contratação do meia Claudinho. Apesar do desejo de ter o atleta, o clube deixou claro ao Zenit que tem um limite financeiro para realizar a contratação.

Em seus primeiros contatos com o clube russo, o Fla acenou proposta de 15 milhões de euros (R\$ 81 milhões). O clube já tem um acerto com o jogador e precisa

apenas de um acordo com o Zenit.

A decisão agora está com o Zenit. Caso exijam um valor maior do que os 15 milhões de euros, o Fla não irá extrapolar esse limite.

Nos bastidores, o desfecho é considerado uma incógnita. Há otimismo por conta da vontade do jogador em defender o Fla, mas existe a consciência de que o Zenit fará jogo duro.

CONCESSÃO DE LICENÇA

SPE Lagoa Bonita Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ: 38.353.630/0001-12, vem informar a concessão da Licença Ambiental Municipal EIS-LPI-2023/00038, oriunda do processo administrativo 14/200.362/2020, pela SMDEIS. Anexa a licença também foi expedida por este mesmo órgão a Autorização de Corte 004570.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SEMUS – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 008/CPL/SEMUS/2022
PROCESSO: 2018/039646
REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
EDITAL A PARTIR DE: 24/07/2023
REALIZAÇÃO: 04/08/2022
HORA: 10:00

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HGNI, QUE NÃO FORAM CONTEMPLADOS NO PROCESSO Nº 2018/009102, CONFORME PROPOSTA Nº: 10497.795000/1177-12 (DEPUTADA FEDERAL ROSANGELA GOMES).

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ENDEREÇO: SALA DA CPL, situada na Rua Antônio Wilman nº 230, Moquetá, Nova Iguaçu, ou pelo telefone (21) 3773-3037. Horário de Atendimento de 09:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES: O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se disponibilizado e processado no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e no Portal da Transparência do Município: pmonovaiguacu.geosiap.net.br/portal-transparencia/licitacoes/licitacoes

Nova Iguaçu, 19 de Julho de 2023.

DAVIDSON PEREIRA LUGÃO
PREGOEIRO CPL/SEMUS

COMUNICADO

PONTAL DE NOVA IGUAÇU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA; estabelecida na Avenida Presidente Vargas, nº 534/9º andar, Centro, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 36.149.433/0001-50, neste ato representada por seu sócio FUAD DIJANA ZACHARIAS, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira nº 1.286.118, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 000.289.757/15, Promitente vendedora do Lote: C1 - 20, situados no Loteamento denominado Alvorá Nova Iguaçu, sito Avenida Abílio Augusto Távora, nº 12.200 - Nova Iguaçu/ RJ - antiga Estrada de Madureira, avisa ao abaixo relacionado que, em virtude da NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, datada de 15/06/2023, enviada via ECT para End.: Rua Grafite nº 131 apt 201 - Cep.: 26295-057 - Marapicú - Nova Iguaçu - Rio de Janeiro, concede pela derradeira vez, prazo de 05 (cinco) dias, para que seja purgada a mora existente na promessa de venda e compra do Lote: C1 - 20 - do Loteamento denominado Alvorá Nova Iguaçu. Ultrapassando o prazo ora concedido, muito a contra gosto, seremos compelidos a promover a respectiva rescisão Contratual por falta de pagamento, operada à partir da NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL e, conseqüentemente o cancelamento dos Instrumentos Particulares de Compromisso de Venda e Compra de NAIARA FELIPE DA SILVA, inscrito no CPF: 128.389.237-57
Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2023.

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI - FESAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

A Fundação Estatal de Saúde de Niterói - FeSaúde comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob o nº 25/2023, do tipo Menor Preço, pelo critério de julgamento de menor preço por item em sessão pública eletrônica a partir das 10:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 08 de agosto de 2023, através do site www.gov.br/compras, objetivando o registro de preços para a segunda tentativa de aquisição de uniformes e acessórios para atender as equipes da Rede de Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial do Município de Niterói, sob a gestão da Fundação Estatal de Saúde de Niterói (FeSaúde), conforme as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, pelo prazo de 12 meses. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.niteroi.rj.gov.br e <https://www.fesaude.niteroi.rj.gov.br/>.

Niterói, 20 de julho de 2023.